

# Relator faz restrições à estabilidade

Arquivo — 28/5/87

BRASÍLIA — O relator da Comissão de Ordem Social, senador Almir Gabriel, discutiu os pontos mais polêmicos de seu anteprojeto preliminar com o líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, e a atenção de ambos centrou-se, principalmente, na questão da estabilidade no emprego desde a data de admissão. Para Almir Gabriel, este artigo poderá criar a figura do "empregado clandestino", que não constará da folha de pagamentos oficial da empresa, e conseqüentemente não contribuirá para a previdência social.



— É preciso muito cuidado com esta parte, pois pode acabar sendo uma faca de dois gumes para o trabalhador. Uma parte deles terá o emprego garantido, com a estabilidade. Outra ficará clandestina, sem jamais ser contratada — argumentava o relator, pouco antes de falar com Covas. Só após o aval do líder do PMDB na Constituinte e algumas correções no texto, Almir Gabriel encaminhará seu esboço para impressão dos avulsos. Depois de um rápido encontro à tarde, para marcar o horário da reunião noturna, Mário Covas brincava com os repórteres, que desejavam alguma informação sobre o trabalho do relator: "Nem a mim ele mostrou ainda", esquivava-se.

**Polêmicas** — Durante todo o trabalho das três subcomissões que formam a Ordem Social — das Minorias, Saúde, e Direito dos Trabalhadores — a maior preocupação de Almir Gabriel não era o resultado das discussões dos constituintes, mas a parte financeira, que viabilizará as conquistas da área social. Para isso, o relator manteve contatos e reuniões quase diários com o outro relator da Ordem Econômica, Senador Severo Gomes (PMDB/SP).

"Não adianta muito avançarmos no social, e esquecermos o econômico. Nós, da área social, sempre sabemos o que fazer e como fazer. Nosso problema é com quais recursos realizar esse trabalho, pois nunca dispomos deles", explicava Almir Gabriel — ex-secretário de saúde de Belém, e profissional conceituado no movimento sanitário brasileiro.

O pontos de conflito em seu relatório, que vão acirrar as discussões dos parlamentares, são a explo-



Gabriel: medida pode prejudicar

ração do subsolo indígena, a questão nuclear e o financiamento do setor de saúde. Sem contar, é claro, com a parte relativa aos direitos dos trabalhadores.

O relator da Ordem Social já demonstrou sua disposição de manter a reserva da exploração mineral do solo indígena como monopólio da União. Pressionado pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), Almir Gabriel deve manter a questão das usinas nucleares — só podem ser construídas após plebiscito nacional — como ela está sugerida.

O financiamento do setor saúde também foi alvo de demoradas reuniões com Severo Gomes e sofrerá poucas alterações. Já a parte dos direitos dos trabalhadores será mais delicada. A determinação de 40 horas semanais como jornada de trabalho e a estabilidade do emprego dependerão, fundamentalmente, das negociações com Covas.

## Terra produtiva une grupos

BRASÍLIA — Um corpo de dispositivos constitucionais que garanta a estabilidade da propriedade produtiva é, por enquanto, tudo o que aceitam em comum, a respeito da reforma agrária, os constituintes conservadores e progressistas reunidos na Comissão de Ordem Econômica. Após uma semana de contatos com parlamentares das duas alas ideológicas, o relator da Comissão, Severo Gomes (PMDB-SP), conclui estar aí o ponto básico de construção do entendimento.



Esta estabilidade passa, evidentemente, pela definição de um plano de reforma agrária com regras precisas e recursos definidos. Enfim, uma tese de lógica irrefutável, o que tem sido usada pelo relator para despertar para o entendimento segmentos parlamentares de espírito armado para o confronto.

Foi assim na quinta-feira, pela manhã, quando Severo convidou para uma conversa em seu gabinete o ex-ministro da Agricultura e deputado constituinte, Alysson Paulinelli (PFL-MG) — que serviu para torpedear o relatório progressista do deputado Oswaldo Lima Filho (PMDB-PE), Paulinelli representa a face moderada e astuta da reação à reforma agrária.

Por quase uma hora os dois conversaram e Severo pôde perceber a preocupação de Paulinelli com a caracterização da terra produtiva, a tendência dos progressistas em estabelecer limites para a propriedade rural e o sistema de indenizações a ser adotado para a terra desapropriada. O deputado, por sua vez, entendeu estar o relator preocupado com o

ritmo lento de implementação da reforma, que afeta não só a definição de áreas disponíveis para o projeto como também o ato da imissão de posse.

**Proposta** — Ao fim da reunião, Paulinelli deixou a sala de Severo com propostas a serem apresentadas a seu grupo e desde já consideradas razoáveis. As sugestões são para um entendimento em torno da transferência para a legislação ordinária, das definições para terra produtiva e improdutiva. A determinação de limite para a propriedade rural seria simplesmente retirada das cogitações — "já que vivemos num país onde 3/4 do território ainda não estão sequer explorados", diz Paulinelli.

O sistema de indenizações, por sua vez, garantiria o pagamento em dinheiro e a justo valor para benfeitorias e o pagamento em títulos da dívida pública para terra nua. Os títulos receberiam correção monetária e juros e poderiam ser usados no pagamento de taxas, impostos e cauções.

A proposta se completa com a disposição dos conservadores em apoiar um plano de implementação acelerada. Quanto à imissão de posse, Paulinelli concordou com Severo, de que esta deve se dar em 48 horas, "depois de dirimidas as dúvidas possíveis na avaliação da propriedade", afirma o deputado: Para que sejam reduzidos os recursos à justiça, senador e deputado concordaram que a vistoria do terreno a ser desapropriado deve ser realizada em comum pela autoridade gestora do programa e o dono da terra.

Durante o fim de semana Paulinelli iniciou consultas sobre as propostas a vários constituintes. Reuniu-se também com equipes de assessores técnicos.

## Cientista quer verba garantida

Os cientistas cariocas que cercaram os quatro parlamentares da Subcomissão da Ciência e Tecnologia durante sua visita ao Rio, ontem, pediram que eles incluíssem na nova Constituição algumas questões ainda polêmicas no meio político: a garantia de mais verbas e de liberdade de pesquisa no país; o controle e a fiscalização, por parte da população, da energia nuclear; a negativa à proliferação de tecnologias voltadas para a destruição, como a bomba de nêutrons e as armas químicas; e a reserva de mercado para os setores de informática e química fina.



"Gostaríamos que vocês não trocassem a Constituição da ditadura pela dos credores internacionais", disse Zielle Dutra, vice-diretor da Coppe — Coordenação de Pós-Graduação e Pesquisa em Engenharia —, na primeira etapa do programa dos deputados Ruberval Pilotto (PDS-SC), Olívio Dutra (PT-RS), Cláudio Ávila (PFL-SC) e Tadeu França (PMDB-PR). Ontem, eles visitaram ainda o Instituto Oswaldo Cruz, em Manguinhos, a fábrica da

Cobra (Companhia Brasileira de Informática) e a Academia Brasileira de Ciências.

No prédio da Coppe, na Ilha do Fundão, os constituintes conheceram o laboratório de informática e a sala de controle do reator de Angra I, que está em fase de testes para mais tarde ser levado para a usina nuclear. Em Manguinhos, no laboratório de produção de vacinas contra a febre amarela, ouviram a defesa, pelos professores Alberto Nicolau, Akira Homma e Carlos Morel, da "necessidade do controle federal sobre produtos estratégicos, como as vacinas".

O diretor da Finep (Financiadora de Estudos e Projetos) Reinaldo Guimarães levou ao conhecimento dos constituintes a ameaça que paira sobre cientistas mineiros da Biobrás, uma empresa com participação do governo. Fabricante única de insulina no país há sete anos, ela pode fechar se a dinamiquesa Novo construir sua sede no Paraná. A autorização já foi concedida, mas Guimarães apelou principalmente para Tadeu França, para que ele tente sensibilizar o governador de seu estado, Álvaro Dias.

## Agricultores vão pressionar

PORTO ALEGRE — O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), Plínio Henz, liderará a comitiva de 50 gaúchos que vai hoje à Brasília, para juntar-se a cerca de dois mil agricultores de todo o país, que se reúnem a partir de amanhã num acampamento em frente ao Congresso Nacional e que, durante toda a próxima semana, pressionarão os constituintes, percorrendo gabinete por gabinete.

— Será uma tática de guerrilha, de marcação em cima, em que os agricultores visitarão todos os parlamentares dos seus respectivos estados. Perdemos, por in experiência, a primeira batalha, inclusive com a ausência do deputado Benedito Monteiro (PMDB-PA), na Subcomissão da Política Agrícola e Fundiária e da Reforma Agrária. Mas há outras esferas, como a comissão da Ordem Econômica, de Sistematização e, por fim, a plenária geral da Constituinte — disse Plínio Henz.

Segundo ele, até agora não houve, por parte dos três senadores e 31 deputados federais gaúchos, um posicionamento claro contra a reforma agrária. Mas nem eles, nem parlamentares de outros estados, mesmo progressistas, escaparão ao lobby dos colonos.

— Agora estamos mais experientes, já sabemos quem são os deputados e senadores identificados com a UDR e com os reacionários, que têm grande poder de mobilização. Mas nós vamos lutar pela reforma agrária.

Além da questão da terra, os agricultores — virão delegações de quase todos os estados, destacando-se as de São Paulo, Goiás, Mato Grosso do Sul, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul — têm outras preocupações. A não inclusão da trabalhadora rural entre as profissões, portanto sem poder se aposentar, é outro problema prioritário.

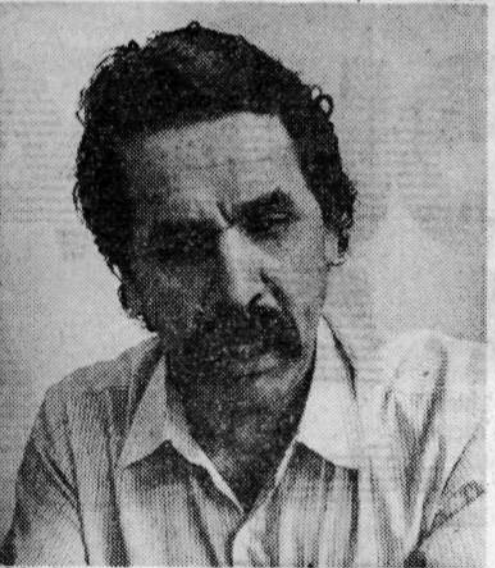
## Petista pede mais pressão popular

Arquivo — 12/2/87

O deputado Olívio Dutra (PT-RS) acha que a nova Constituição brasileira só será um documento renovador se a pressão popular se fizer mais forte sobre o Congresso. Ele faz as contas: do total de 559 constituintes, o PMDB, maior partido no Congresso, tem 305 integrantes, mas só 150 deles podem ser considerados progressistas.

Nos outros partidos, os membros do PT, PDT, PCB, PC do B e PSB somados não dão mais que 55 parlamentares a torcer por uma legislação mais aberta. O bloco dos progressistas tem, assim, 205 representantes, o que não chega à metade da Assembleia Nacional Constituinte, e seria insuficiente para mudar a mentalidade da restante maioria conservadora.

Dutra, que esteve ontem no Rio, em visita da Subcomissão de Ciência e Tecnologia, defendeu "a interferência do governo federal no setor financeiro, de transportes e comunicações", ressaltando, porém, que "muitos pretendem a estatização de companhias que não dão lucro, mas mantendo as empresas que são rentáveis sob a tutela do estado. Isto é uma forma de privatizar os lucros e socializar os prejuízos", denunciou.



Olívio: povo garante renovação

## Covas assume luta ecológica

BRASÍLIA — O líder do PMDB na Constituinte, Senador Mário Covas, assumiu "politicamente" o compromisso de defender a ecologia e a proteção ao meio ambiente, durante os trabalhos de elaboração da futura Carta. Em um discurso improvisado, Covas disse ter aceitado o desafio feito pelos representantes de 80 entidades ambientalistas que participaram ontem do simpósio A Semana do Meio Ambiente, realizado pela Sema (Secretaria Especial de Meio Ambiente), no auditório Nereu Ramos.

O bom humor marcou a maioria dos discursos dos parlamentares que compareceram à abertura do simpósio, a começar pelo próprio presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães. "Eu não sou dono da Constituinte, quem manda aqui é o Covas, mas me coloco à disposição da causa de vocês", brincou. O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), confir-

mou: "Mário Covas é o homem que vai tomar conta da Constituinte, por isso vocês podem, desde já, começar a fazer cobranças". A mesa foi presidida pelo deputado Fábio Feldmann (PMDB-SP), único parlamentar eleito pelas listas verdes dos ecologistas.

Covas iniciou sua participação dizendo que sente um antigo constrangimento em falar para ambientalistas. "Até um acidente coronário há um ano atrás, sentia-me constrangido em falar para ecologistas. Eu era um poluidor contumaz, pois fumava cinco maços de cigarro por dia. Hoje, que parei de fumar, me sinto melhor na presença de vocês", explicou. Para Ulysses Guimarães, a nova Constituição "nascu sob o signo do novo e pioneiro", elogiando a atuação de Feldmann como "evangelista", entre os parlamentares, da causa ecológica. "Ele prometeu e está cumprindo", afirmou.

## Prestes se põe contra tudo da Nova República

SALVADOR — Ao participar de um debate sobre "conjuntura e classes sociais" com estudantes e professores universitários, no auditório da Reitoria da Universidade Federal da Bahia (UFBA), o líder comunista e ex-secretário-geral do PCB, Luís Carlos Prestes, disparou críticas contundentes para todos os lados: reduziu o presidente Sarney à condição de "cabo eleitoral contra Brizola"; considerou reacionária a composição da Assembleia Nacional Constituinte; e criticou a fragilidade ideológica dos partidos políticos brasileiros, inclusive os comunistas.

Em conversa com os jornalistas, Prestes ampliou ainda mais suas críticas: o presidente da Assembleia Nacional Constituinte, do PMDB e da Câmara Federal, Ulysses Guimarães, foi chamado de "enganador do povo"; e a Nova República, não passa "de uma farsa, pois

não promoveu nenhuma mudança no país, mantendo a legislação fascista do regime militar".

Exibindo uma memória invejável para seus 82 anos, Prestes citou uma frase dita pelo deputado Luís Ignácio Lula da Silva, em 80, quando saiu vencedor da primeira greve do ABC paulista — "Não basta aumentar salários, tem que mudar o regime" —, para dizer que, em sua opinião, a solução para os trabalhadores não está apenas nos movimentos meramente reivindicatórios de salários, mas também na participação política em busca de "transformações de fundo, revolucionárias".

As últimas críticas, Luís Carlos Prestes guardou para a situação econômica: "O Plano Cruzado foi um golpe eleitoral, e hoje temos uma inflação jamais conhecida na História, situada em índices superiores a 20 por cento."